



DESLOCAMENTO INTERNO: ENFRENTAR OS DESAFIOS



CICV



Comitê Internacional da Cruz Vermelha
19, Avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T + 41 22 734 60 01 **F** + 41 22 733 20 57
shop.gva@icrc.org
www.cicr.org
© CICV, dezembro de 2009

Foto de capa: Stringer Pakistan/Reuters

DESLOCAMENTO INTERNO: ENFRENTAR OS DESAFIOS

Ninguém sabe ao certo quantos são, pois muitos continuam passando despercebidos, sem cuidados, inúmeros. Alguns governos negam até mesmo sua existência. Mas estima-se que, no mundo inteiro, existam cerca de 26 milhões de deslocados internos.

Em países como Afeganistão, Colômbia, República Democrática do Congo, Geórgia, Quênia, Libéria, Paquistão, Filipinas, Somália e Sudão, os DI – como são chamados – foram obrigados a abandonar suas casas e foram privados de liberdade, abrigo, comida, água, meios de subsistência e do apoio de suas comunidades. O sofrimento que enfrentam com frequência é tão extremo que às vezes ameaça sua sobrevivência.

Em um conflito armado, o deslocamento, muitas vezes, é causado por violações ao Direito Internacional Humanitário (DIH) ou aos direitos humanos fundamentais. De fato, se as leis existentes fossem cumpridas, a maioria dos deslocados pela violência poderia continuar em suas casas. Mas isso não acontece e com o não cumprimento das obrigações por parte dos militares, dos grupos armados e das autoridades, muitas pessoas são obrigadas a fugir várias vezes.

Muito do que o DIH proíbe é lugar-comum: ataques contra os civis e seus bens, privar os civis de comida como método de guerra, represálias, usar os civis como escudos-humanos, destruir objetos essenciais para sua sobrevivência e obstruir a entrega de material de socorro e assistência necessários para a sobrevivência da população civil. Mas, apesar do fato de o DIH ser legalmente vinculativo a tanto atores estatais, como não-estatais, muitas de suas regras são desconsideradas. E embora a maioria dos Estados tenha reconhecido os Princípios Orientadores Relativos ao Deslocamento Interno das Nações Unidas – que estão baseados nas regras humanitárias e nos direitos humanos – é necessário um forte comprometimento para se abordar os desafios que resultam do crescente problema de deslocamento.



Libano: 40 mil pessoas se viram obrigadas a abandonar suas moradias, destruídas durante os enfrentamentos de 2007.

À medida que o deslocamento continua, quase sempre sem pausa e por longos períodos, os desafios humanitários que ele acarreta são imensos, até mesmo para uma resposta coerente, bem-coordenada e abrangente da comunidade internacional.

Esse relatório especial examina questões fundamentais da proteção e da assistência referentes aos deslocados, desde evitar o deslocamento, em primeiro lugar, até as fases em que ele não pode ser evitado.

Quando o CICV intervém para ajudar os DI, considera o contexto total no qual o deslocamento ocorre. A organização acredita que as pessoas que são deslocadas ou as que as acolhem podem ser tão vulneráveis quanto aquelas que fogem ou mesmo as que retornam. Algumas das que fogem podem não estar fugindo de conflitos ou ataques diretos, mas das consequências econômicas e da falta de acesso aos bens e serviços básicos.

Existem grandes necessidades entre as pessoas, deslocadas ou não, que quase sempre estão longe dos olhos do mundo no geral e, para a maior parte das organizações internacionais, fora de alcance.



James Nachtwey/CICV/MII

Filipinas: uma senhora e seu neto visitam o povoado abandonado; ela tem muito medo de voltar para casa.

MARIAM não faz ideia de para onde estava indo. Ela pegou seus quatro filhos e fugiu.

Foi um êxodo em massa, repentino e caótico. Encurralados no conflito de Darfur, em 2003, a região mais ocidental do Sudão, o assentamento de sua tribo fellata ao norte da cidade de Gereida suportou inúmeros ataques. Mas dessa vez a incursão os esmagou. As pessoas caíam mortas e sua aldeia foi incendiada.

Os fellatas, tribo seminômade agropastoreiras que cultiva a terra e arrebanha animais, têm poucas opções. Embora tenham vivido aqui pacificamente por muitas gerações – junto com a maioria de agricultores masalits – fatores étnicos usados em conflitos ainda mais complexos impuseram uma divisão entre os vizinhos: um medo e uma desconfiança mútuos.

Primeiro começaram os boatos. Os agricultores estavam conspirando para expulsar todos os nômades da região, sussurravam de um lado da praça do mercado. Os nômades queriam deslocar os agricultores, murmuravam do outro lado, e suas terras seriam entregues aos pastores.

Por algum tempo, o velho rei masalit de Gereida manteve a violência e desobediência à distância. O rei Malik dominava a cidade dentro de um raio de trinta quilômetros e, por meio de um acordo de cavalheiros entre as tribos e as partes em conflito, ele governava Gereida como um setor neutro. Mas agora o rei está morto. Gereida foi controlada por um grupo rebelde que luta contra o governo central e com milícias pró-governo que vagavam pelas áreas rurais, todos fugiam de algo. A parte rural estava abandonada.

Os agricultores masalits deslocados e outros expulsos de suas terras por grupos armados fugiram para a cidade de Gereida, mais de cem mil deles agora, superando o número de residentes em mais de cinco para um. O povo de Mariam correu para o lado contrário. Considerados como pró-governo – algumas pessoas da tribo fellata entraram para as milícias – foram expulsos de Gereida e foram para o norte, oeste e leste, para qualquer lugar onde não seriam mais incomodados.

O grupo de Mariam, de talvez 300 famílias, foi em direção ao sudoeste e depois desapareceu. O que aconteceu nas semanas, nos meses e nos anos seguintes o luto de uma jovem mulher pela perda de um filho, sua luta para sobreviver, seu total isolamento da enorme operação humanitária é uma história perturbadora. Mais perturbador é o fato de que o que ela sofreu ecoou no mundo inteiro, entre os milhões de DI.

No final de 2008, o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno do Conselho Norueguês de Refugiados estimou que havia 11.6 milhões na África, 4.5 milhões nas Américas, 3.9 milhões no Oriente Médio, 3.5 milhões no Sul e no Sudeste da Ásia e 2.5 milhões na Europa e na Ásia Central.

CRESCENTE PREOCUPAÇÃO EM TODOS OS CONTINENTES

O deslocamento de pessoas dentro de seus países devido à guerra é uma questão de crescente preocupação em todos os continentes. Ou como disse Jakob Kellenberger, presidente do CICV, “o deslocamento interno constitui talvez um dos desafios humanitários mais intimidadores da atualidade. O impacto não é apenas sobre muitos milhões de DI, mas também sobre inúmeras famílias que os acolhem e comunidades residentes e é difícil ou mesmo impossível de medir”.

Os ataques diretos e os maus-tratos, a perda de seus bens, o aumento do perigo da separação das famílias e de as crianças serem separadas de seus familiares, um risco maior de violência sexual contra mulheres e meninas, maior exposição a doenças e restrição de acesso ao serviço de atendimento médico e outros serviços essenciais estão entre as ameaças mais comuns aos DI. À medida que lutam para atender a suas necessidades básicas, eles correm mais riscos, devido à tensão entre eles e as comunidades que os acolhem, ao recrutamento forçado, aos assentamentos em lugares inseguros ou inadequados e ao retorno forçado para áreas inseguras.

Às vezes, nenhum desafio é maior do que simplesmente chegar a um deslocado. Os campos oficiais têm enormes populações e são apenas a ponta do iceberg. As necessidades com frequência são maiores fora deles, sobretudo nas comunidades que acolhem os deslocados, nas quais os residentes, quase sempre lutando si, dão comida e abrigo à maioria das DI. Longe dos campos com cuidados sanitários e serviços médicos, das distribuições de alimentos, do abastecimento de água, da segurança e do abrigo, os mais vulneráveis têm de se defender sozinhos. Entre eles, estão as pessoas que optaram por ficar e cuidar de seus escassos, mas preciosos, recursos. Ou os

“Só pensava em salvar meus filhos, salvar nossas vidas e não para onde iríamos ou o que levaríamos conosco”, lembra Mariam. “Qualquer pessoa só poderia pensar em se salvar”.

doentes, os deficientes e os idosos, que não têm condições físicas de fugir. E quando o acesso a eles é restrito, como o que acontece muitas vezes em um conflito, as crises passam despercebidas e sem assistência.

O sofrimento de Mariam passou despercebido. Ninguém em Gereida sabia para onde seu povo havia ido e ninguém mais, além do profissional humanitário esquisito, se importava muito. Há outras preocupações. Um dos maiores campos de deslocados no mundo agora ofusca a cidade e continua crescendo. Os ataques incessantes das milícias às aldeias, as tensões entre fellatas e masalits e o intenso combate entre forças armadas nos arredores de Gereida garantiram que o fluxo humano continuasse.

Mariam fugiu de sua aldeia a pé em 2005, carregando seu filho mais novo, um menino chamado Hamad, parte de uma coluna que se movia tão rápido que as outras crianças lutavam para acompanhá-la. A maioria das



Sudão: depois de quatro anos de deslocamento, Mariam e sua tribo retornaram a Gereida em 2009 para refazerem suas vidas.

peessoas estava a pé, alguns poucos montavam burros e outros poucos levavam alguns pertences.

“Só pensava em salvar meus filhos, salvar nossas vidas e não para onde iríamos ou o que levaríamos conosco”, lembra Mariam. “Qualquer pessoa só poderia pensar em se salvar”.

Salvar Hamad, no entanto, estava além de sua vontade. Ao final do primeiro dia, ele estava muito mal, conta. Teve diarreia e começou a vomitar. “Ninguém queria parar e não havia ninguém para ajudar. Tudo o que eu podia fazer era continuar caminhando. Dois dias depois que saímos, ele morreu”.

Como Mariam conta, a jornada chegou ao fim quando eles chegaram a um lugar desconhecido na tradicional cidade natal da tribo. Sob algumas árvores perto de uma aldeia de quatro ou cinco moradias, eles se sentaram e descansaram. Estavam no meio do nada, mas quando avistaram um poço raso, decidiram se assentar aí. Aí puderam se esconder por mais de quatro

anos, fora do mapa, fora do radar, longe da ajuda e da proteção de qualquer pessoa.

Sobreviveram de plantios ocasionais. A cidade mais próxima estava a duas horas de caminhada e a exaustão e a doença eram comuns. Havia dias em que não podiam trabalhar, dias em que passaram fome e a maioria das doenças vinha e ia sem tratamento. A assistência de saúde mais básica estava muito longe e na maioria das vezes eles não podiam pagar por ela. Dentre os que morreram, Mariam se lembra dos bebês. Os fellatas só tentaram retornar quando as forças do governo assumiram o controle de Gereida. Quando o CICV os encontrou em 2009, as primeiras pessoas do povo de Mariam estavam acampadas sob uma árvore, olhando para o vazio onde estava sua aldeia, planejando como começar tudo de novo. Os meios haviam desaparecido. As chuvas estavam por chegar. Se pudessem lavar a terra e plantar, conseguir uma boa colheita, poderiam começar a reconstruir a comunidade.

O QUE É UM DESLOCADO INTERNO?

“... pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir de seus lares ou lugares de residência, ou abandoná-los, em particular, por causa de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações aos direitos humanos ou de desastres naturais ou causados pelo homem, e que ainda não atravessaram uma fronteira entre Estados reconhecida internacionalmente.”

Se a história de Mariam mostra alguma coisa são as necessidades que os deslocados têm a curto, médio e longo prazos: de alimentos, água e segurança para obterem atendimento médico, educação, reabilitação social e econômica. Ela mostra que para a ação social ser eficaz as necessidades dos DIs devem ser levadas em consideração em todos os estágios do deslocamento e a proteção deve vir lado a lado com a assistência.

A definição de DIs mais comum vem dos Princípios Orientadores Relativos ao Deslocamento Interno da ONU.

O deslocamento pode ter uma série de causas. Os DIs podem estar fugindo de mais do que um conflito armado ou um grande desastre. “Às vezes, o conflito pode ser um ponto decisivo”, diz Angela Gussing, diretora-adjunta de operações do CICV. “Ele pode vir por cima de tudo isso, por cima da seca, por exemplo, da perda dos meios de subsistência, uma série de colheitas mal-sucedidas. A violência ou o medo da violência podem ser o empurrão final. Nem sempre é apenas a arma”.

As estruturas legais, incluindo a legislação nacional, o Direito dos Direitos Humanos e, nos conflitos armados, o Direito Internacional Humanitário têm como objetivo proteger os DIs e outros afetados. De acordo com o DIH, o deslocamento forçado de civis por partes envolvidas em um conflito está proibido a menos que justificado por razões militares imperativas para a segurança dos próprios civis. Mas caso isso ocorra, os DIs têm direito à mesma proteção que qualquer outro civil.

O que o direito esclarece de maneira abundante é que a responsabilidade primária de proteger os DIs, bem como

de atender suas necessidades básicas, recai sobre o Estado ou, no caso de conflito armado, sobre as autoridades que controlam o território onde os DIs estão localizados. Com frequência, eles não podem ou não querem cumprir com suas responsabilidades e esse é um grande desafio para o CICV, como guardião do DIH, ao conduzir diálogos com as partes armadas.

Por serem civis, os direitos dos DIs são mais fáceis de se especificarem do que suas necessidades. Alguns profissionais humanitários discutem que, na verdade, o rótulo de 'DIs' é inútil. Um administrador sênior com experiência no terreno na Ásia e na África diz: “Do ponto de vista da administração operacional é muito frustrante. É potencialmente muito enganoso. Um DI pode estar melhor do que um não-DI que sofre na mesma situação. O rótulo não nos diz nada”.

Em Cartum, Jordi Raich Curco, chefe da delegação do CICV, ri do que considera rotulação obsessiva e os critérios obsessivos que a acompanham. “Com licença, o senhor é um DI, um refugiado ou um migrante? O senhor é vítima de conflito ou outra situação de violência? Ah, o senhor é nômade. O senhor está migrando por causa do conflito ou por que é seu estilo de vida?”.

As pessoas consideradas “migrantes econômicos” estão entre as que são penalizadas pelos rótulos, pois não se encaixam nos critérios de algumas agências humanitárias. A menos que elas tenham fugido de conflitos ou da ameaça de conflito, podem não ter os requisitos necessários para receber a assistência, sob suspeita de estarem tirando vantagem do socorro em





Paquistão: em 2009, cerca de 2.5 milhões de pessoas tiveram que fugir por causa dos enfrentamentos.

Jeroen Oerlemans/CICV

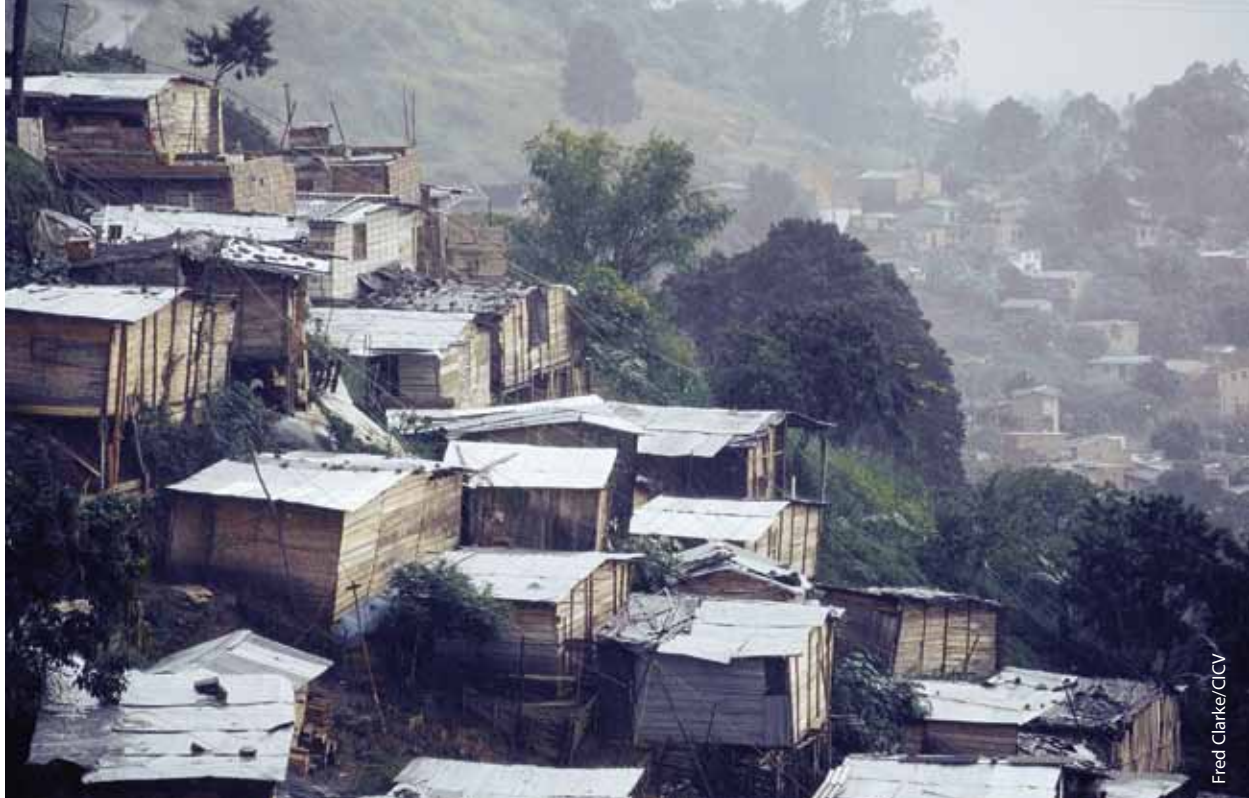
vez de o necessitarem. Embora existam pessoas que fazem mau uso do socorro, o conflito em geral destrutura os mercados, priva as pessoas de serviços básicos e as obriga a se mudarem em busca desses serviços. A assistência pode não chegar a certas comunidades para impedir o deslocamento em primeiro lugar e depois as mesmas comunidades podem se deparar com profissionais humanitários que os discriminam por causa dos rótulos.

Segundo o ponto de vista de Curco, a assistência humanitária deve se basear na necessidade e não em categorias. Os DI, diz, raramente são um grupo homogêneo. O rótulo existe, mas dentro dele há pessoas vulneráveis em diferentes maneiras. Suas necessidades são diferentes e específicas.

As necessidades das mulheres, das crianças e dos idosos estão reconhecidas dentro dos padrões legais existentes e são reiteradas nos Princípios Orientadores embora os direitos mencionados aí com frequência sejam violados nos conflitos.

Pergunte a Mama Louise (não é seu verdadeiro nome), violentada com suas filhas e sua mãe, de 81 anos, na província de Kivu do Sul, na República Democrática do Congo (RDC).

Sua história é muito comum. A incansável violência sexual e baseada em gêneros deve ser considerada no abuso de civis na RDC, em particular nas Kivus do Norte e do Sul. O deslocamento, sem dúvida, aumenta o perigo. Durante a fuga, e também dentro e nos arredores dos campos, os DI estão especialmente vulneráveis. Mas nenhum grupo escapa. Louise foi pega quando voltava para casa.



Fred Clarke/CCV

Colômbia: entre 1.8 e 3 milhões de colombianos tiveram de se deslocar desde 1985; a maioria deles agora vive na pobreza, em zonas urbanas.

Quando os ataques de homens armados começaram na cidade de Minova, sua família fugiu para o bosque e retornaram para a aldeia, com cautela, quando pensaram que a violência havia terminado. “Foi como nos encontramos. Começaram fazendo perguntas e pedindo dinheiro, nos ameaçando. Depois de saquear a casa, três ficaram para trás e me obrigaram a ficar quieta e fechar a porta. Eles nos violentaram.”

Para as mulheres e as crianças, a violência e a exploração sexual são implacáveis em muitos países. As mulheres enfrentam a violência doméstica também, a falta de acesso aos serviços de saúde reprodutiva e, com frequência, carregam o peso de serem chefes de família. A taxa de mortalidade entre os homens fez com que a maioria das famílias deslocadas na Somália fosse chefiada por mulheres, assim como mais de noventa por cento das famílias deslocadas com um único chefe nas maiores cidades colombianas.

As crianças deslocadas continuam caindo nas garras de grupos armados que as usam como soldados, servos ou escravos sexuais. Durante o caos do conflito, a separação de seus familiares impõe perigos particulares e em 2008 os trabalhos forçados e a exploração econômica foram denunciados como frequentes em pelo menos 20 países. O acesso à educação, entretanto, despencou.

Os números por si são causa de preocupação. As crianças constituem mais da metade da população deslocada na Colômbia e uma pesquisa sobre a mortalidade realizada em zonas de conflito da RDC concluiu que as crianças correspondem a quase cinquenta por cento das mortes registradas, embora

formassem apenas dezenove por cento da população. A maioria morreu de doenças que poderiam ser facilmente prevenidas e curadas, segundo informou o Comitê de Resgate Internacional.

Os idosos correm o risco de serem abandonados. Sem poderem – ou quererem – se deslocar com rapidez no conflito, são deixados para trás para enfrentar as consequências. Quando as tropas georgianas e as forças russas se confrontaram na Ossétia do Sul, em 2008, os jovens residentes dos vilarejos fugiram. Com a aproximação do inverno, os mais velhos que ficaram tiveram problemas para conseguir alimentos e atendimento médico adequado.

As instalações médicas estão caindo aos pedaços, uma colheita atrasada fez subir os preços nos mercados locais e as estradas em más condições isolaram as comunidades mais remotas. A ansiedade aumentou em vilarejos como Avnevi. Tamara, 68 anos, disse, “Tantas pessoas foram deixadas para trás. É extremamente importante para minha irmã e para mim sabermos que não fomos esquecidas.”

O local dos deslocamentos pode afetar as necessidades drasticamente também. As necessidades diárias no campo diferem muitíssimo daquelas em contextos urbanos.

A maioria dos deslocados da Colômbia pode ser encontrada nas zonas pobres à volta das principais cidades e municípios. Quarenta anos de conflito provavelmente causaram o deslocamento de dez por cento da população e os números não param de crescer com os anos.



Muitos perigos ameaçam os deslocados, sobretudo se são idosos.

A população rural luta para se adaptar ao ambiente urbano. Sem terem onde plantar seus alimentos, os agricultores têm de comprar o que comem com suas poucas fontes de renda. É difícil conseguir empregos, suas habilidades relacionadas com o campo são de pouca utilidade e o crime, as moradias pobres e sem saneamento aumentam seus problemas. Às vezes, eles abdicam da saúde e da educação porque o dinheiro necessário para isso é usado para a sobrevivência básica. O simples fato de não saberem o que fazer na selva urbana, a falta de conhecimento dos procedimentos e quem é responsável pelo quê pode aumentar o sofrimento dos DI, como apresentado na pesquisa realizada pelo CICV e o Programa Mundial contra a Fome. Um quarto das pessoas entrevistadas não havia nem sequer registrado o deslocamento com a autoridade indicada e se privavam da assistência do Estado.

Assim como os fellatas, que desapareceram na imensidão rural, os colombianos podem desaparecer na imensidão urbana. As minorias tribais e afrocolombianas obrigadas por grupos armados a abandonar suas terras são as mais propensas a se perder no contexto urbano. "O contato com o conflito e depois com o mundo moderno é demais", diz Christophe Vogt, chefe adjunto de operações do CICV para a América Latina. "Alguns não podem nem sequer falar seu próprio idioma".

"Tantas pessoas foram deixadas para trás. É extremamente importante para minha irmã e para mim sabermos que não fomos esquecidas."

A PROTEÇÃO E A PREVENÇÃO CONTRA O DESLOCAMENTO

A prioridade do CICV é prevenir o deslocamento, mas o caos e a anarquia dos conflitos armados apresentam enormes desafios.

O que poderia persuadir Maria Elena a ficar no vilarejo de Las Cruces, no sudoeste do estado colombiano de Nariño? Desde que uma bala perdida atravessou as paredes de sua modesta casa de madeira uma noite e a feriu – mas, milagrosamente, não atingiu seu bebê, que ela amamentava – ela e sua família já consideraram ir embora como outras pessoas já o fizeram.

A vida nesse vilarejo de quarenta famílias é calma na maior parte do tempo. Ninguém que passa por aí poderia adivinhar que Las Cruces é um lugar perigoso para se viver. Os moradores estão constantemente preparados para uma visita não anunciada de um dos muitos grupos armados dos arredores. Quando grupos opostos se enfrentam ou confrontam uma patrulha do exército próximo ao vilarejo, os moradores correm para suas casas, se deitam no chão e rezam para não serem atingidos no fogo cruzado.

Maria Elena perdeu o braço esquerdo – amputado no hospital ao qual chegou depois uma perigosa jornada noturna – mas se lembra bem de como as pernas de seu bebê sacudiam e de ter pensado que ela também havia sido ferida. E se o homem com a metralhadora voltar à colina no limite do vilarejo e na próxima vez sua filha não tiver a mesma sorte? E se o motorista da ambulância se recusar outra vez a levá-la à noite por uma estrada sem calçamento com buracos do tamanho de crateras e postos de controle das milícias? E se da próxima vez não passar um caminhoneiro para ajudá-la?

Por ora, ela continua no vilarejo. Seu marido continua trabalhando na fazenda da família e ela abriu uma pequena mercearia no térreo de sua casa. Eles não têm muito, mas têm mais do que teriam se fossem DIIs na cidade.

Estão tentando. São bravos. Mas se houver outra rajada de metralhadora de alguém, outra família colombiana será deslocada.

O respeito aos civis inclui reduzir tais perigos. Lembrar as partes em conflito sobre o DIH, assegurar que as forças e os grupos armados estejam cientes das regras de guerra, monitorar o cumprimento e advogar de modo pertinente, são as prioridades das quais se ocupam o CICV e as Sociedades Nacionais da Cruz

Vermelha e do Crescente Vermelho. Onde quer que haja acesso, mesmo no conflito mais demorado, eles promovem o DIH.

Depois de duas décadas de guerra na Somália, o Crescente Vermelho Somali continua lembrando as forças armadas e as milícias de suas obrigações. Elas devem proteger e respeitar os civis, feridos e combatentes capturados, pessoal e infraestrutura médicos e humanitários.

Não se sabe ao certo o número de deslocados na Somália. Os deslocados têm de se deslocar uma e outra vez e poucas pessoas no país não foram afetadas. O presidente do Crescente Vermelho, Dr. Ahmed Mohamed Hassan diz com seriedade, “É um ambiente desafiante. Mas a difusão do DIH é vital. Relacionamos isso com o Corão, o ensino islâmico e a lei consuetudinária somali”.

De fato, isso é vital. Os ataques às organizações de socorro e aos socorristas em 2009 demonstraram pouco respeito aos profissionais humanitários, muitas vezes são a tábua de salvação das pessoas encurraladas no conflito e a desestruturação que causou ameaça o bem-estar dos deslocados também.

O DIH obriga também os portadores de armas a permitir que os profissionais humanitários tenham acesso seguro aos necessitados, mas quase sempre eles os impedem de fazê-lo. No Oriente Médio, as ambulâncias da Cruz Vermelha Libanesa e do Crescente Vermelho Palestino foram atingidas por tiros enquanto tentavam chegar às vítimas do conflito. Os voluntários foram mortos e feridos. Youssef, um voluntário de 40 anos, ajudou a evacuar os feridos do campo de refugiados de Nahr el Bared, no norte do Líbano. O combate entre o exército libanês e o Fatah al Islam, em 2007, deslocou 28 mil palestinos. “Durante a noite, apagávamos as luzes das ambulâncias por medo de sermos baleados”, diz.

Evitar o deslocamento é uma questão de tratar as razões que causam a mudança. No Quênia isso pode significar abrandar as tensões sobre os escassos recursos. Além da conhecida tensão pós-eleitoral no país, milhares de pessoas podem ser deslocadas em decorrência de conflitos tribais sobre terras, gado, água.

As soluções podem estar no desenvolvimento dos meios de subsistência e em agir de modo a gerar benefícios múltiplos. “Se a Cruz Vermelha Queniana nos diz que

dois poços artesanais estão danificados em uma área onde a falta de água pode levar à tensão, mandaremos alguns técnicos”, diz Christophe Luedi, chefe da delegação do CICV em Nairóbi. “Tenho certeza de que o objetivo principal é evitar o deslocamento, mas...”

As condições climáticas extremas no Quênia se sobrepõem e claramente contribuem para o deslocamento, tenha ou não envolvimento com questões étnicas. Nas áreas mais propensas ao conflito, em particular, a segurança econômica é fundamental.

O principal objetivo dos programas de segurança econômica é preservar ou restaurar a habilidade das famílias ou das comunidades de atender a suas necessidades básicas. No Sudão, a maior parte dos esforços do CICV para a segurança econômica é direcionada para a prevenção contra o deslocamento, incluindo do maciço de Jebel Marra, a cadeia de montanhas mais alta do país. Controlado por forças rebeldes e cercado pelo exército sudanês em quase sua totalidade, sua população de mais de 300 mil habitantes teve de acomodar um crescente número de DI.

Jebel Marra está no centro fértil de Darfur e em um momento foi a fonte de renda das famílias. A terra natal dos furs – em sua maioria, agricultores camponeses que ainda plantam nos vales e planaltos – viu seus mercados serem destruídos e sua produção agrícola despencar. Junto com a escassez de recursos, chega um enorme fluxo de pessoas fugindo do conflito nas bases das colinas e nas planícies nos arredores. Onde uma família cultivava quarto ou cinco hectares, com sorte podia plantar mais de um.

Os deslocados buscavam abrigo nas aldeias mais ao alto, sobretudo entre parentes ou amigos. Lá construíram abrigos e procuravam terra ou trabalho na terra de outras pessoas. Mas como a maior parte dos recém-chegados deixara todos seus pertences para trás, o fardo de apoiá-los recaía sobre as comunidades acolhedoras. O CICV ajudou ambos os grupos, fornecendo ferramentas e sementes, além de alimentos para permitir que os agricultores trabalhassem na terra de maneira ininterrupta e evitar o consumo das sementes. O que mais foi feito para impedir um êxodo de Jebel Marra é impossível dizer, mas, segundo Peter Schamberger, coordenador de segurança econômica, isso contribuiu muito para “manter as condições de vida suportáveis”.



Colômbia: María Elena e sua família decidiram ficar em sua casa, apesar dos riscos, 2009.

CAMPOS: UMA SOLUÇÃO OU PARTE DO PROBLEMA?

Se os furs tivessem fugido de Jebel Marra, teriam ido para os campos, a primeira opção segura que têm. Mas os campos de DIIs podem atender o desafio do deslocamento interno ou se tornaram parte do problema? Os campos e a “influência” de seus serviços, na verdade, aumentam o deslocamento, prolongam-no e minam os métodos tradicionais de lidar com a situação? O argumento para isso é forte e as agências da ONU concordam com o CICV que os campos são um último recurso, uma opção a ser usada quando não há outra opção adequada.

O campo em Gereida é um caso relevante, se é que pode ser descrito como um campo. Onde a cidade – de 20 mil habitantes na ocasião – termina e o campo de aproximadamente 148 mil pessoas começa não é imediatamente óbvio. Gereida poderia ser uma cidade, na qual os abrigos e os complexos dos DIIs formam os novos bairros.

O campo é um aglomerado urbano, mas os bairros são aldeias transplantadas. Comunidades inteiras fugiram e se assentaram juntas na cidade. Mantiveram os nomes de suas aldeias, suas identidades e estruturas.

Ainda assim, há diferenças. As secas e pragas nas plantações não mais têm um impacto sobre seu abastecimento de alimentos. O Programa Alimentar Mundial supre suas necessidades com distribuições. Todas as crianças vão à escola, o que não era o caso nas aldeias.

Antes tinham poços pouco profundos, mas agora têm água potável, mais limpa do qualquer outra coisa que saía de uma torneira em Cartum, bombeada dos poços artesanais para os tanques e depois para as torneiras do bairro. Se as aldeias se consideravam abençoadas porque tinham um posto de saúde, agora elas têm acesso a três centros de saúde primários, um deles administrado pelo CICV, que estabelece padrões aos quais o hospital da própria cidade apenas pode aspirar. E é gratuito, o que não acontece no hospital da cidade. Como ninguém é rejeitado – e os não-DIIs têm

necessidades – os residentes de Gereida visitam o centro e alguns pacientes viajam de Buram, a principal cidade do distrito, para usá-lo. O que começou como uma operação emergencial agora oferece serviços regulares.

Embora quase sempre esses fatores salvem vidas, tais coisas são saudáveis no sentido estrutural? Tanto o CICV como outras agências humanitárias se incomodam com o fato de que a “influência” dos serviços do campo apenas acrescenta às “pressões” do conflito. O medo e a insegurança levam as pessoas a abandonarem seus lares, mas, continua a discussão, o atrativo dos serviços sociais acima de qualquer coisa que tenham experimentado pode encorajar a fuga ou mesmo adiantá-la. Às vezes, a “influência” pode ser um fator decisivo.

Claramente há um dilema. Depois de buscar por anos estabelecer padrões mínimos para melhorar a qualidade da assistência em calamidades e conflitos, as agências humanitárias agora se preocupam com o máximo.

O presidente Kellenberger oferece uma perspectiva. “Pode ser mais fácil oferecer serviços nos campos, mas em áreas de conflito as autoridades e as organizações humanitárias devem fazer o máximo possível para proporcionar um nível de vida decente para todas as pessoas afetadas”.

“Realmente temos que pensar nisso: quero que essas pessoas conservem uma iniciativa de ir para casa? Podemos criar um ambiente que é muito melhor do que o lugar de onde essas pessoas vieram e que elas simplesmente não queiram voltar”.

Quanto DIIs retornam de Gereida é um trabalho de adivinhação. Os serviços serão reduzidos à medida que a estabilidade aumenta e a emergência se transforma em recuperação. O rei Adam Mohamed Yagoob, sobrinho do velho Malik, ficará surpreso se menos de um terço permanecer, dobrando o tamanho de sua cidade. Os campos têm outras complicações. Em Darfur, como em outros lugares, eles foram organizados de acordo com as etnias e influenciados por lideranças políticas.



Joeri Oerlemans/CICV



Boris Heger/CICV



Rudy Tolentino/CICV



Olga Mitcheva/CICV

Alguns grupos não poderiam entrar em alguns lugares e acusaram seus rivais de usarem os campos como portos seguros depois de ataques. As tensões tribais aumentaram e a violência surgiu como consequência. Grupos da oposição armada estavam presentes em alguns, recrutando DI, contrabandeando armas por meio deles e lançando mão de extorsão e assédio. Em outros, os vulneráveis são obrigados a pagar impostos ou mesmo dividir suas rações alimentares com líderes simbólicos.

O CICV montou o campo de Gereida em uma época em que o conflito impedia as organizações de trabalhar na área. Somente o CICV tinha acesso.

Onde não há problemas graves de segurança, os campos em geral são bem-servidos pelas agências da ONU e ONGs. Em tais casos, o CICV pode se concentrar na grande massa de vulneráveis fora dos campos, outros deslocados e comunidades afetadas às quais muitas agências humanitárias não têm acesso.

O acesso é a chave. A ação humanitária neutra e independente do CICV e o diálogo da organização com todas as partes envolvidas em um conflito permitem seu acesso exclusivo. No terreno, trabalhando diretamente com as comunidades, a organização pode ajudá-las a lidar com a situação, fortalecer seus métodos administrativos existentes, evitar que o deslocamento ocorra e apoiar as pessoas que acolhem os DI nos lugares para onde eles vão primeiro.

Nem todos os DI que fogem para os campos ficam neles. Os campos desviam a atenção mundial da dura verdade sobre o deslocamento interno. Eles podem ser um último refúgio, mas com frequência estão em lugares acessíveis, longe das linhas de frente, próximos a cidades ou pelo menos a uma curta distância de uma pista de aterrissagem. Os doadores e a imprensa são levados de avião e o que encontram se torna um perfil alto. A consequência é que por muito tempo o debate sobre os DI se concentrou nas pessoas que vivem nos campos em detrimento daquelas que não estão.



Andrew McConnell/Panos

República Democrática do Congo: uma família deslocada por causa do atual conflito constrói um refúgio em um campo que abriga mais de dez mil pessoas, 2008.

As Kivus, províncias orientais da RDC devastadas pela guerra na fronteira com Uganda e Ruanda, ilustram isso. Milhões de pessoas já morreram desde que o conflito irrompeu, na década de 90, e em meados de 2009, estimava-se que havia cerca de 1.4 milhões de DI's na RDC, concentrados, sobretudo, nas Kivus do Norte e do Sul, vizinhas à província Oriental.

A maioria deles vive com famílias acolhedoras em lugares superlotados como Chebumba, uma cidade a 50 quilômetros ao norte de Bukavu, capital da Kivu do Sul. A cidade tem três vezes mais deslocados do que residentes permanentes e houve momentos em que estava saturada. As ondas seguidas de DI's que passaram por lá e a população local não tem mais condições de acomodar os recém-chegados.

A tensão sobre tais comunidades é enorme. Em geral, as comunidades que acolhem DI's também são afetadas pelo conflito, mesmo antes das chegadas, os recursos costumam ser limitados. O abastecimento de alimentos está à margem e a terra arável, a água, o saneamento e outros serviços públicos, como escola e centros de saúde, estão no limite. A prolongada presença de DI's implica a inevitável diminuição desses recursos e à medida que isso aconteça, as tensões aumentarão entre acolhidos e acolhedores.

Para o CICV esse é um cenário familiar, com paralelos vistos no mundo todo. Em Mindanao Central, no sul das Filipinas, grandes deslocamentos causados pelo conflito são um fardo insuportável para os residentes vulneráveis. Apesar de estarem empobrecendo eles

mesmos, as famílias estão acolhendo às vezes mais de 20 deslocados.

Todos sofrem. Ao fugir de suas casas às pressas e escapar de novos confrontos, as pessoas chegaram a Chebumba apenas com as roupas do corpo. Sem lugar para receber as pessoas na cidade, algumas vezes têm de se abrigar a céu aberto, suportando terríveis condições. As grávidas, as crianças pequenas, os doentes e os que sofreram abusos estão entre eles.

Ruboneza, 32, fugiu de sua casa na Kivu do Norte depois da chegada de homens armados que começaram a recrutar à força os aldeãos. Levou consigo sua esposa, sua mãe e seus dois filhos, mas seus irmãos mais novos e vizinhos foram mortos a tiros na sua frente. Depois sua mãe foi morta quando eles fugiram de um lugar no qual pensavam que haviam encontrado refúgio.

Quando chegou a Chebumba, o pequeno grupo cresceu de novo. No caminho encontraram mais duas crianças. A mãe delas havia sido morta e não sabiam onde estava seu pai. "Então os trouxe comigo", disse Ruboneza. "Eles são meu fardo e devo cuidar deles. Se eu encontrar comida para todos nós, ficaremos felizes. Se não, teremos de passar fome juntos".

Os DI's na RDC tradicionalmente ficavam com famílias acolhedoras e estima-se que cerca de setenta por cento ainda o façam. Mas o percentual de pessoas que vivem em campos formais tem aumentado muito nos últimos tempos. Em 2007, a Kivu do Norte tinha apenas um campo. Em meados de 2009, já são 11.

Claudia McGoldrick, conselheira do presidente do CICV,

*“Os campos desviam
a atenção mundial
da dura verdade
sobre o deslocamento
interno.”*

vê uma série de razões para esse desenvolvimento preocupante. Sem dúvida, o incessante fluxo de DI saturou as comunidades pobres, piorando a depredação econômica e até mesmo causando tensões. E ONGs internacionais, coordenadas pela agência de refugiados da ONU (ACNUR) canalizam mais e mais recursos para os campos, em vez de canalizá-los para as comunidades que necessitam ajuda desesperadamente. O apoio aos DI que estão com famílias acolhedoras e para as famílias em si é escasso.

Além do acesso, as agências mencionam os fundos entre as limitações. Parece que muitos doadores são céticos quanto à necessidade que não é imediatamente visível.

A visibilidade - ou a falta da mesma - já foi uma questão no Quênia. Os DI remontam à independência queniana dos britânicos e a confrontos tribais, a violência pós-eleitoral e as questões de terra não resolvidas estão entre as principais causas de deslocamentos desde então. A violência generalizada depois da eleição presidencial de dezembro de 2007 deslocou meio milhão de pessoas, mas as agências humanitárias dizem que já havia 350 mil DI.

Só depois da violência do início de 2008 essa questão foi tratada com importância, disse Bill Omamo, chefe de protocolo do CICV em Nairóbi. A noção de um DI queniano surgiu apenas com a aparição repentina dos campos depois das eleições. “A magnitude e a natureza da violência lá refletidas trouxe a mensagem para todos”, diz Omamo.

E, como em outros lugares, a maior parte da concentração continua voltada para os campos porque a imprensa tem acesso a eles. O sofrimento das comunidades acolhedoras recebe menos atenção e era desconhecida a quantidade de deslocados que viviam com essas famílias.

O Dr. James Kisia, secretário geral adjunto da Cruz Vermelha Queniana diz que as comunidades acolhedoras estão lutando por algumas colheitas malsucedidas. “Foi uma época dura. Eles eram pobres e foi difícil para ajudarem. Mas ajudaram.”

Passou desaparecido o impacto que a fuga dos moradores de favelas urbanas teve sobre a pobre área rural. Bairros inteiros queimados nas favelas de cidades quenianas e dentre as pessoas que fugiram muitas sustentavam parentes mais pobres no interior. Agora é o contrário. Não só era uma fonte de dinheiro perdida, mas aqueles que normalmente enviavam esse dinheiro se voltaram para as casas de seus parentes. Aqueles que apoiavam agora precisavam de apoio.

Para muitas pessoas isso era insustentável. Há relatos sobre os DI contraindo dívidas para atender a suas necessidades básicas e, por estarem longe das vistas, muitos não conseguiam assistência humanitária.

DE VOLTA À CASA

*“Não sabemos quando retornaremos.
Fico preocupado com minha casa
e meus animais, mas o que posso fazer.
Ainda é perigoso.”*

As chuvas chegam e uma paisagem desértica se transforma em verde. Fora de Gereida, as pessoas estão trabalhando a terra e plantando em áreas que durante anos foi terra de ninguém. A segurança parece estar predominando. Por fim, há esperança de colheita.

Os burros trotam entre as cidades e os campos, levam agricultores e fazem força diante de aradores quando chegam lá. Um puxa uma carroça bem-carregada, uma família a bordo e cabras amarradas atrás. Eles estão voltando para a aldeia de Um Karfa, uma hora ou duas montados em burro.

Antes dos “problemas”, como os darfuris o chamam, Um Karfa era a principal das quinze aldeias que formavam uma comunidade masalit espalhada. Os nômades viviam à volta dela. Quando a violência chegou à área e algumas aldeias remotas foram atacadas, os masalits foram para Gereida. Os nômades permaneceram. Desesperados para retomar suas vidas normais e seus meios de subsistência, os masalits começaram a retornar com cautela, centenas de milhares de pessoas tentando voltar para casa no mundo inteiro.

Não sobrou nada da antiga aldeia. As casas das pessoas foram queimadas e foram substituídas e – por ora – se parecem a moradias de um campo de deslocados: abrigos de lonas e o que podia ser cortado do bosque. Choveu muito na noite passada e muitos abrigos tinham goteiras. As mulheres reclamam com amargura. “Uma mãe não pode dormir em um lugar assim. Tememos por nossos filhos. Vê?”, pergunta uma mulher, mãe de cinco crianças, apresentando um punhado de areia encharcada tirada do chão de seu abrigo. “Molhado, tudo molhado.”

Como muitas outras pessoas que tiveram que vir para cá, ela não está convencida de que voltar para Um Karfa seja uma sábia decisão. Ela ainda tem família no campo de Gereida e tem um pé de cada lado, para o caso de precisar mudar de ideia. Discretamente, também, os alimentos das distribuições no campo são contrabandeados para eles e eles podem receber cuidados médicos abertamente. Essa segurança ajudou algumas mulheres a decidirem que voltariam.

A chuva, no entanto, é uma benção e uma maldição e dá esperança para a terra recém-arada. Com a segurança, um fornecimento de água sustentável e sementes e ferramentas suficientes para proporcionar-lhes um começo decente, as pessoas dizem que Um Karfa pode prosperar de novo.

Agora as sementes e as ferramentas são um problema. Algumas pessoas têm, outras não. Hawa Issa Mahady, uma senhora viúva na casa dos cinquenta anos, mãe de seis filhos, não tem sementes. Ela passa as manhãs limpando um pedaço de terra para cultivo. Passa as tardes vendendo chá e café, próximo ao açougueiro, ao padeiro e a outros poucos comerciantes para reavivar o mercado local.

“O que ganho, economizo e quando tiver bastante comprarei as sementes”, diz. “Assim que as tiver, vou plantá-las”.

Vai demorar um pouco. Uma xícara de chá é barata, as sementes são caras e o único cliente hoje foi o autor desta história.

A vendedora de chá persiste apesar de tudo. Dia após dia, ela se senta em seu banquinho diante de um pequeno fogareiro sobre o qual esquenta a chaleira. Uma grande responsabilidade recai sobre seus ombros, porque além dos filhos, ela cuida de sua mãe e de uma tia idosa e cega. Um Karfa, além disso, não é o fim de sua jornada, é metade do caminho para casa, é o mais longe que podem ir agora.

Eles são de uma aldeia remota de Gortobok, a primeira atingida pelos ataques nos quais o marido e vizinhos de Hawa foram mortos. Ninguém ousou ir tão longe ainda, para ver o que sobrou e como está a segurança por lá. As sementes e as ferramentas agrícolas são os meios com os quais uma população com acesso a terra deseja retomar seus meios de subsistência de antes, o que em termos de socorro, seria uma solução duradoura. Mas muitas pessoas em Darfur têm de sobreviver sem nada, sejam agricultores residentes, DIIs em campos ou comunidades acolhedoras ou pessoas que pretendem retornar, como Hawa Issa Mahady. Ou seus meios não estão disponíveis ou o custo é muito alto para economias que estão no limite.

Algumas pessoas não são consideradas devido aos sistemas inflexíveis das agências. No mundo todo, os pacotes de assistência para as pessoas que retornam estão quase sempre ligados – ou são distribuídos – aos campos de DI. A ideia é que quando as pessoas que estiveram nos campos partirem, elas poderão receber os benefícios destinados aos que retornam. Mas muitos DI que não estão em campos, não passam por um ou podem retornar diretamente de um lugar desconhecido esquivam redes de segurança.

Não significa que eles podem ser desconsiderados e isso leva a uma pergunta difícil. Por quanto tempo alguém pode ser um DI e quem decide isso? Um ponto de vista comum entre os profissionais humanitários é que o deslocamento continua enquanto as causas subjacentes estiverem presentes.

No entanto, a lei nos diz que o deslocamento deve durar apenas enquanto as razões que o justifiquem – razões militares imperativas ou a segurança dos civis mesmos – exigirem. Resume-se a isso. As autoridades são responsáveis por restabelecer as condições que permitem que os deslocados vejam a oportunidade para soluções duradouras para o fim de seu sofrimento. E as autoridades devem oferecer meios para ajudar a desenvolvê-las. As opções devem incluir um retorno e a reintegração ao lugar de onde vieram, a integração com o lugar onde estiveram como deslocados ou a relocação e integração em outro lugar. O que quer que o DI decida, deve ser voluntário, seguro e digno, e deve levar ao restabelecimento de seus meios de subsistência e ao acesso aos serviços essenciais.

Com frequência isso é interpretado de maneira diferente. Os Estados podem considerar que o reassentamento ou a reintegração ocorra muito antes de os profissionais humanitários virem qualquer sinal de soluções duráveis. As autoridades quase sempre esperam ansiosamente que o deslocamento desapareça porque ele indica brigas que forçam processos. Outros dão as costas ou escondem as cabeças na areia, o que pode espalhar as sementes de mais conflitos e trânsito populacional.



Pedram Yazdi/CICV



Virginie Louis/CICV



Christoph von Todenburg/CICV



Boris Heger/CICV

A VOZ DAS PESSOAS

“Ao ouvir as pessoas afetadas por conflitos em oito países, uma pesquisa do CICV de 2009 oferece uma perspectiva desafiadora e interessante.”

Uma coisa que quase sempre falta no que os Princípios Orientadores descrevem como planejamento e gerenciamento de retorno ou reassentamento e reintegração é a participação do DI. Quem retorna, afinal, e a quem ela deve se aplicar?

Os DI precisam de diálogo em todas as fases do deslocamento. Para início, precisam de informação: onde está a assistência, quais são suas opções. Às vezes as pessoas viajam para longe, correm riscos consideráveis, com base em um rumor de que a ajuda está disponível em algum lugar. Quando elas têm de fazer escolhas, descobrem que não é assim. Elas têm escolhas a fazer e devem ser informadas sobre as mesmas.

O que eles têm a dizer, por outro lado, é importante para os profissionais humanitários, cujas respostas deveriam também ser informadas.

Ao ouvir as pessoas afetadas por conflitos em oito países, uma pesquisa do CICV de 2009 oferece uma perspectiva desafiadora e interessante. Intitulada "Nosso mundo. Perspectivas do terreno", ela examina as experiências, as necessidades, as preocupações, as expectativas e as frustrações pessoais no Afeganistão, Colômbia, RDC, Geórgia, Haiti, Líbano, Libéria e Filipinas e entre outras coisas, revela a assombrosa escala do deslocamento.

A pesquisa revela que mais de meio milhão de todas as pessoas afetadas pelas hostilidades tiveram de deixar suas casas e enquanto o número médio era de cinquenta e seis por cento, em alguns países o número era dramaticamente mais alto. No Afeganistão, setenta e seis por cento disse que teve de se deslocar e na Libéria quase nove entre dez pessoas tiveram de fugir. O Líbano vem em seguida, com sessenta e um por cento e, no geral, os resultados chegam a milhões de pessoas. O deslocamento também foi um dos maiores medos.

Além de estarem deslocados, muitos tiveram as casas saqueadas e os bens destruídos e as dificuldades econômicas são uma realidade diária, dizem. Um de cada cinco perdeu seus meios de subsistência. Além da disseminada escassez de alimentos, água e eletricidade, o acesso aos cuidados médicos é limitado. No Afeganistão e no Haiti as pessoas sofrem com os dois problemas.

Não há dúvidas quanto aos dois problemas acima. A pesquisa destaca que é imperativo que o DIH seja aderido com mais eficácia pelas partes em conflito e aponta para a necessidade de fortalecer a capacidade das comunidades de lidar com a situação como uma prioridade.



Jason Tanner/CICV

Filipinas: mulher deslocada que se refugiou em um armazém desocupado, província de Cotabato, 2008.

ENFRENTAR OS DESAFIOS

O ponto de vista do presidente do CICV

“Imaginem, de uma vez por todas, um mundo onde ninguém atacaria os civis. Imaginem um mundo no qual ninguém realizaria ataques indiscriminados. Imaginem um mundo no qual os civis e seus bens seriam poupados sempre. Imaginem.”

Jakob Kellenberger pondera uma questão comum. Um dos desafios enfrentados pelos Princípios Orientadores Relativos ao Deslocamento Interno da ONU é que eles no final continuam não-vinculativos e algumas pessoas dizem que eles devem ser uma convenção vinculativa. O presidente do CICV quase contém sua irritação. “Tendo a pensar”, diz, “que sempre faz mais sentido perceber o que já se tem. Se os governos e os atores não-estatais cumprissem as regras de condução de hostilidades haveria bem menos deslocados. Se falamos de vinculação de regras, eu destacaria as que já existem no Direito Internacional Humanitário e no Direito dos Direitos Humanos”.

Depois de uma pausa, ele ilustra seu ponto de vista. “Imaginem, de uma vez por todas, um mundo onde ninguém atacaria os civis. Imaginem um mundo no qual ninguém realizaria ataques indiscriminados. Imaginem um mundo no qual os civis e seus bens seriam poupados sempre. Imaginem.”

Com milhões de deslocados espalhados, é difícil. Assegurar que os direitos das pessoas encurraladas no conflito sejam mantidos é o ponto central da missão do CICV, mas em meio a toda confusão da hostilidade interna, isso pode assumir proporções de uma missão impossível.

Kellenberger admite: “Ninguém reclamaria que não se faz muito para proteger as pessoas e evitar que o deslocamento, por exemplo em Darfur em 2003. Com frequência, estamos nessa situação, mas não é a razão para acreditar que não há nada a fazer. Pode-se

fortalecer a operação com o tempo até que se possa influenciar as partes beligerantes. Luta-se com a maior intensidade possível para se obter o respeito às regras da guerra”.

Conseguir um maior respeito ao direito é componente fundamental da estratégia do CICV para ajudar os civis em conflito. O objetivo dessa estratégia, diz Kellenberger, é restabelecer as condições aceitáveis, fortalecer os mecanismos existentes para suportar as dificuldades e, até que os civis possam cuidar de si mesmos, apoiar o ambiente que é o mais próximo possível do comum. Os esforços para restabelecer os laços familiares, a distribuição de material de socorro, os programas de primeiros-socorros e cirurgia e de higiene e cuidados sanitários, e o apoio aos meios de subsistência estão entre os elementos, assim como os programas de ação contra as minas e o fornecimento de membros artificiais. O que distingue o pensamento e a ação do CICV de outras organizações é que o CICV leva em consideração todas as pessoas afetadas pelo conflito, não só os DI. Ao mesmo tempo em que concorda que o deslocamento agrava a vulnerabilidade, o CICV não acredita que uma pessoa deslocada seja automaticamente mais vulnerável que outra que não é.

“Muitas das pessoas que ficam para trás, os idosos, talvez os doentes ou algumas famílias acolhedoras sobrecarregadas por receberem DI de outros lugares e por compartilharem seus escassos recursos com eles, podem ser extremamente vulneráveis e necessitam nossa ajuda”, Kellenberger diz.



Ruanda: milhões de ruandeses deslocados retornam a seus lares depois da guerra civil, 1996.

Portanto a abordagem do CICV é a de ajudar não só as pessoas que fogem, mas também as que não podem, mas que queriam, as que ficaram por outras razões e as que retornam. Além disso, a organização está muito preocupada com a crescente tendência dentro das comunidades humanitárias e de doadores que consideram as necessidades dos DI como algo separado e distinto daquelas das populações residentes. Kellenberger alerta que “rotular” as pessoas e compartimentalizar o socorro humanitário introduziu o perigo de alguns grupos – mesmo os que estão em grande necessidade – serem negligenciados, como na RDC, onde os campos absorvem recursos preciosos que são quase sempre escassos e às vezes são mais necessários em outro lugar.

O rótulo de DI distorceu a discussão sobre o deslocamento, acredita ele, em particular, já que os que recebem maior visibilidade são os DI que são abrigados nos campos. “Durante muito tempo o debate se concentrava no aspecto unilateral dos DI no campos. A noção de DI e o destino deles foram identificados com a vida nos campos”.

“Quando se pensa em todos os deslocados na Província da Fronteira Noroeste, no Paquistão, nos distritos de Swat, Dir e Buner... O que são, 360 mil em maio? Foi um deslocamento em massa e sem precedentes e a maioria das pessoas se tornou famílias acolhedoras. Na tradição pashto, a pessoa recebe os familiares necessitados, independente de sua própria situação, se é ruim e precária. Podemos ver que a médio e longo prazo a

presença desses deslocados seria um fardo significativo para as famílias acolhedoras. Portanto rotulá-los, limitando as coisas para os DI nos campos, é perigoso”. Os aspectos políticos não deveriam ser ignorados também, disse. “Se uma pessoa deixa de assistir as pessoas que estão na casa, de certa forma, promove o deslocamento”.

O CICV está preocupado também na contínua brecha entre o socorro e a recuperação. Conhecer em que ponto um conflito está realmente terminado e em que ponto a fase emergencial leva ao desenvolvimento, é o tópico de muitos debates acadêmicos, diz o presidente, mas no terreno quase sempre a situação é mais complexa e multifacetada.

“Já ouvi pessoas dizendo, ‘Precisamos de uma saída estratégica para as organizações humanitárias’. Sempre respondi, ‘Sim, isso está perfeito, mas ao mesmo tempo precisamos de uma estratégia de entrada para as agências de desenvolvimento e se possível sem nenhuma brecha entre elas’”. Quando uma parte se prepara para se retirar, a outra ainda não está à vista.

As brechas e as duplicações podem ser evitadas por meio de uma melhor coordenação e do diálogo entre as organizações, diz Kellenberger, e o CICV se compromete a fazer isso. Uma resposta abrangente a um problema do tamanho do deslocamento interno está além da capacidade de uma única organização.

Apesar de ter ocorrido algum progresso, sempre há um longo caminho a ser percorrido para a coordenação, diz. “Para que ela seja mais efetiva e significativa, deve ser

Geórgia: este homem vive em um centro coletivo para deslocados em Abjasia desde 1993.

República Democrática do Congo: menino espera receber notícias de seus parentes.

“Até que essas regras sejam aplicadas no mundo, conclui Kellenberger, o deslocamento continuará incessante, junto com os desafios humanitários.”

baseada mais nas capacidades existentes no terreno e no verdadeiro respeito por certos princípios básicos do que por outros mecanismos mais refinados e procedimentos”.

As organizações humanitárias envolvidas na coordenação devem estar presentes e ativas no terreno, bem como ser transparentes quanto aos recursos, às capacidades e ao acesso.

Os parceiros operacionais dentro do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho são uma prioridade para o CICV. As Sociedades Nacionais estão bem posicionadas para ajudar os DI, afirma Kellenberger, porque elas têm suas raízes nas comunidades, cobrindo a maioria do território nacional e têm acesso privilegiado às autoridades. Uma identidade comum através dos emblemas usados e dos princípios aplicados, as regras e sobre papéis e responsabilidades, e uma política comum relativa ao deslocamento interno são outras vantagens de que gozam todos os parceiros do Movimento.

A política do Movimento para o socorro de DI tem como objetivo ampliar a coerência e o impacto da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Também trata da coordenação com outras organizações com base em sua presença e capacidade no terreno, mas sem desconsiderar os Princípios Fundamentais. Também oferece uma base para a política migratória da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do

Crescente Vermelho para 2009, para o trabalho do Movimento com os migrantes.

Kellenberger apresenta a Somália como um modelo de parceria operacional. Em nenhum lugar se vê tão bem a ação do Movimento. Com o apoio do CICV, o Crescente Vermelho Somali pode operar em áreas onde outras agências não podem chegar. Depois de quase duas décadas de conflito e desordem generalizada, o Crescente Vermelho Somali continua operando por meio de uma rede de 19 filiais e 114 subfiliais espalhadas em todo o país.

Kellenberger destaca que além de prestar tratamento aos pacientes feridos de guerra, os cuidados básicos de saúde, projetos de água e meios de subsistência, socorro e assistência emergencial, os parceiros do Movimento continuam aumentando a conscientização do DIH dentro da sociedade somali.

Até que essas regras sejam aplicadas no mundo, conclui Kellenberger, o deslocamento continuará incessante, junto com os desafios humanitários. Somente através de esforços conjuntos a comunidade internacional poderá produzir a resposta abrangente exigida. Mas isso, insiste, exige enfrentar as questões fundamentais, sobretudo além dos campos.



Antonin Kratochvíl/CICV



Ron Haviv/CICV/VII

MISSÃO

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e outras situações de violência, e prestar-lhes assistência.

O CICV também se esforça para evitar o sofrimento mediante a promoção e o fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais.

Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Dirige e coordena as atividades internacionais conduzidas pelo Movimento nos conflitos armados e em outras situações de violência.

